

Extensão universitária: os estilos de pensamento na área da saúde no Brasil

Bethina Luiza Pinheiro¹, Illana Leonardi da Cruz¹, Fabiola Hermes Chesani²

Resumo

Cronologicamente, o histórico da extensão universitária apresenta diferentes e importantes marcos que tornaram possível o pensamento e a ação extensionista universitária nos tempos atuais, contribuindo com a formação de profissionais mais humanos e conscientes de seu papel na história. O objetivo do presente estudo foi conhecer os estilos de pensamento da extensão universitária na área da saúde no Brasil. A metodologia utilizada caracterizou-se como revisão integrativa de literatura, operacionalizada por meio das seguintes etapas: elaboração do tema do estudo; realização da pesquisa bibliográfica; organização dos dados coletados; interpretação e avaliação dos resultados do estudo; apresentação e divulgação da revisão. A busca foi realizada entre fevereiro e maio de 2015, ocorrendo nas bibliotecas eletrônicas de acesso aberto SciELO e BVS. Após leitura dos artigos, foram excluídos aqueles que não contemplaram os critérios de inclusão do estudo, viabilizando somente 88 artigos para a amostra final. Este estudo indica que predominam dois estilos de pensamento na produção de conhecimento científico na área de saúde na extensão universitária, um fortemente articulado com a educação popular e o outro com a extensão assistencialista.

Palavras-chave

Universidade. Saúde. Cobertura de Serviços de Saúde.

1. Graduandas em Fisioterapia na Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina. E-mail: bethinalp@gmail.com; illanaleonardi@hotmail.com.

2. Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina; professora titular da Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina. E-mail: fabiola.chesani@univali.br.

University extension: the thought of styles in the area of health in Brazil

Bethina Luiza Pinheiro*, Illana Leonardi da Cruz*, Fabiola Hermes Chesani**

Abstract

Chronologically, the history of university extension is divided into different and important milestones that have made the thought and action on university extension possible nowadays, contributing to the training of professionals more humane and conscious of their role in history. The aim of this study was to understand the thinking patterns of university extension in the field of healthcare in Brazil in which the authors carried out the following steps: elaborated the theme of the study; performed literature review; organized the collected data; interpreted and evaluated the results of the study; presented and disseminated the review. The search, conducted between February and May 2015, took place in the electronic libraries of open access, SciELO and BVS. After reading the articles, those which did not match the study criteria were excluded, allowing only 88 items to be used for the final sample. This study indicates that two thought patterns are prevalent in the production of scientific knowledge concerning healthcare: a highly articulated thinking style in line with popular education and the other in line with the welfare extension.

Keywords

University. Health. Health Services Coverage.

* Undergraduate students in Physioterapy, University of Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brazil. E-mail: bethinalp@gmail.com; illanaleonardi@hotmail.com.

** PhD in Scientific and Technological Education, Federal University of Santa Catarina, Santa Catarina, Brazil; professor, University of Vale do Itajaí, Santa Catarina, Brazil. E-mail:fabiola.chesani@univali.br

Introdução

Historicamente, a extensão universitária surgiu em 1871 em Cambridge e depois em Oxford, na Inglaterra. A extensão acontecia na forma de cursos de atualização e aperfeiçoamento para trabalhadores e outros segmentos populares. Naquele momento, surgiram as primeiras ações de extensão universitária. Registra-se que esses cursos não buscavam suprir carências de formação profissional, mas se voltavam para temas históricos, literários, filosóficos e científicos de interesse geral.

A experiência pioneira da Inglaterra se espalhou por toda a Europa e para os Estados Unidos, que, no início de 1920, acrescentou um programa destinado a “satisfazer as necessidades específicas do setor da indústria transformadora” (PAULA, 2010, p. 2) para atividades de extensão universitária. Este programa, muito bem sucedido, forneceu assistência técnica para atividades de agricultura.

No Brasil, o termo “extensão” aparece na legislação educacional brasileira em 1931, no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, referindo-se ao oferecimento de cursos e conferências de caráter educacional, como “organismo da vida social da Universidade” (SOUSA, 2000, p. 16). O termo reapareceu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.540/68. Sua trajetória atingiu o pico na década de 1960, com a criação de ações como a formação rural, os Centros de Ação Comunitária (CRUTACs) e as operações iniciais do Projeto Rondon. Além disso, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou o Seminário Nacional de Reforma Universitária, que determinou que as universidades se tornassem abertas à comunidade através de serviços de extensão e comunitários (MENDONÇA, 2000).

Novas iniciativas surgiram na primeira metade da década de 1970, quando os ministérios da Educação e Cultura e do Interior propuseram medidas destinadas à

institucionalização e ao fortalecimento da extensão universitária, dentre elas, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Sob a influência das ideias do educador Paulo Freire, a extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista.

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que redefiniu o conceito de extensão universitária, vista não mais como um conjunto de atividades, tais como cursos e serviços colocados à disposição da comunidade, mas dirigida a características educacionais, culturais e científicas, baseada na interface entre as universidades e a comunidade. De acordo com esse Fórum, extensão universitária é considerada

um processo interdisciplinar, educacional, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 1987).

O artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988 preceitua a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2001-2010 (Lei nº 10.172/01), estabelece a responsabilidade das universidades nas suas funções de ensino, pesquisa e extensão, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, e institui que

no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos estudantes em ações extensionistas. (BRASIL, 2001).

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa de Extensão Universitária (ProExt), que tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Segundo o ProExt, a extensão

é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. (BRASIL, 2003).

O PROEXT elege alguns temas para atuação na extensão que são: atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; violência urbana; direitos humanos; atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas; atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado; educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário; inclusão étnica; apoio à organização e desenvolvimento comunitário; inclusão social dos usuários de drogas; inclusão digital; apoio às atividades de escolas públicas; ensino de ciências; educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento.

Considerando que a extensão universitária está social e historicamente consolidada nas Instituições de Ensino Superior (IES) e que a extensão anda de mãos dadas com o ensino e pesquisa, surgiram algumas questões: que aspectos e dimensões foram priorizados nos artigos científicos sobre extensão universitária? Quais as temáticas privilegiadas? Que percurso histórico tiveram os artigos de extensão?

A fim de responder a tais questionamentos,

este estudo objetivou conhecer quais os estilos de pensamento da extensão universitária na área da saúde no Brasil.

Metodologia

Para o entendimento dos estilos de pensamento da extensão universitária na área da saúde no Brasil, dentre outras possíveis fontes para pesquisa como teses, entrevistas e anais congressuais, optou-se por uma coleta de dados através de artigos publicados em periódicos científicos nacionais.

O método utilizado foi revisão integrativa de literatura. Esse tipo de revisão possui a finalidade de reunir e sintetizar o resultado de pesquisa sobre um determinado tema, de maneira sistemática e ordenada, sendo um instrumento para o aprofundamento do conhecimento a respeito do tema investigado, permitindo a síntese de múltiplos estudos publicados e conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo (RIBEIRO, 2012).

Para operacionalizar a revisão integrativa, foram desenvolvidas as seguintes etapas propostas por autores: elaboração do tema do estudo; realização da pesquisa bibliográfica; organização dos dados coletados; interpretação e avaliação dos resultados do estudo; apresentação e divulgação da revisão (SOBRAL; CAMPOS, 2012).

Na elaboração do tema de estudo partiu-se da seguinte questão norteadora: O que tem sido publicado em periódicos científicos nacionais sobre a extensão universitária na área da saúde? Quais os estilos de pensamento da extensão universitária na área da saúde no Brasil?

A busca foi realizada entre fevereiro e maio de 2015, ocorrendo nas seguintes bibliotecas eletrônicas de acesso aberto: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde). Inicialmente foram consultadas palavras-chaves nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/Bireme), sendo

elas: “cobertura de serviços de saúde”; e “universidade e saúde”. Porém, ao analisar os artigos, percebeu-se que nenhum abordava o tema extensão universitária. Optou-se, então, pela palavra-chave “extensão universitária”, tal que não pertencia ao DeCS/Bireme.

Os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram: artigos de periódicos nacionais no período de 2005 a 2015 que abordavam o tema extensão universitária na área da saúde, em língua portuguesa, publicados como textos completos disponíveis on-line e com acesso livre. Os critérios de exclusão foram os relatos de casos, documentos oficiais, capítulos de livros, teses, dissertações, notícias editoriais e textos não científicos.

A partir dos resultados da busca e obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão expostos, realizou-se a leitura dos artigos na íntegra no intuito de verificar a sua adequação ao tema escolhido inicialmente. Após esta conduta, sistematizaram-se alguns dados que levariam a uma aproximação com as características da produção acadêmica da área do conhecimento estipulada. A sistematização

foi realizada por meio de um quadro sinóptico com os seguintes dados: título do trabalho, ano de publicação, autor, palavras-chaves, instituição a qual pertence o programa onde o trabalho foi desenvolvido, temática investigada, modalidade da pesquisa e participantes.

Resultados

Encontraram-se nas bases de dados BVS e SciELO, respectivamente, 105 e 104 artigos. Após a realização da leitura do título, resumo e textos na íntegra, foram excluídos 30 artigos da BVS e 48 do SciELO por não contemplarem o tema do estudo, terem sido publicados fora do período delimitado pelas pesquisadoras ou por não conterem todas as informações necessárias, tornando-os não confiáveis quanto a sua fidedignidade. É válido ressaltar que 43 artigos repetiram-se nas duas bases de dados. Assim, foram selecionados para a amostra final 88 artigos. Os resultados dos processos de busca realizados no período de fevereiro e maio de 2015 pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Número de estudos que consta nas bases de dados selecionadas.

Base de dados	Localizados	Excluídos	Amostra Final
BVS	105	30	75
SciELO	104	48	56
BVS + SciELO	209	121	88

Fonte: As autoras (2015).

Discussão

Este estudo foi orientado pelos pressupostos epistemológicos de Fleck, mais especificamente as categorias “estilo de pensamento”, “coletivo de pensamento”, “circulação intracoletiva e intercoletiva de pensamento”. Ao descrever a trajetória histórica do conceito de sífilis, Fleck (1986; 2010) definiu coletivo de pensamento

como sendo a unidade social da comunidade de cientistas de um campo determinado do saber e, estilo de pensamento como o conjunto de pressuposições sobre as quais o coletivo de pensamento constrói seu edifício teórico. A circulação intracoletiva ocorre no interior do coletivo de pensamento, assegurando a extensão do estilo de pensamento, bem como o compartilhamento dos conhecimentos e

práticas relativas ao estilo de pensamento vigente, de modo a formar os novos membros do grupo. Por sua vez, a circulação intercoletiva de ideias ocorre entre dois ou mais coletivos de pensamento, contribuindo, de modo significativo, com a transformação do estilo de pensamento, pois “qualquer tráfego intercoletivo de pensamento traz consigo um deslocamento ou uma alteração dos valores de pensamento” (FLECK, 2010, p. 161).

A explicitação do conteúdo dos artigos – sobretudo dos problemas investigados, referenciais teóricos de apoio e procedimentos metodológicos adotados – permitiu apresentar e argumentar que, ao longo do período investigado, diferentes perspectivas, sendo a principal a de ordem epistemológica. Estas diferenças epistemológicas também foram encontradas nas pesquisas de Ros (2000), Delizoicov et al. (2002), Delizoicov (2004) e Lorenzetti (2008) .

Partimos do pressuposto que a produção do conhecimento ocorre a partir de bases teóricas e metodológicas compartilhadas por coletivos de pesquisadores (FLECK, 2010). Tal pressuposto traduziu-se na procura por concepções de conhecimento, como também pelas práticas de pesquisa em uso. Neste sentido, assumimos a hipótese de que distintas perspectivas subsidiaram as pesquisas que originaram os artigos em análise. A primeira perspectiva apresentada é referente à distribuição de artigos de extensão por região do Brasil. A Tabela 1 mostra a distribuição de artigos de extensão por região geográfica do Brasil.

Tabela 1 – Distribuição de artigos de extensão por região geográfica do Brasil.

Região de publicação	Número de artigos
Sudeste	42
Sul	26
Nordeste	12
Centro-oeste	6
Norte	2

Fonte: As autoras (2015).

Os resultados revelaram que a maior quantidade de artigos publicados abrangendo o tema extensão universitária em saúde são oriundos e predominantes na região sudeste do Brasil com 42 estudos, seguido da região sul com 26 artigos, nordeste com 12, centro-oeste com 6 e 2 na região norte.

Um fator que pode influenciar a distribuição de artigos por região geográfica do Brasil é a distribuição geográfica de Instituições de Ensino Superior (IES). Segundo o censo do MEC/Inep (2013), a grande concentração está na região Sudeste com 1.157 instituições, seguido da região Nordeste com 432; Sul, 389; Centro-Oeste, 235; e Norte, 152. Percebe-se que a região Sul tem mais artigos publicados e menos IES que a região Nordeste.

Através dos resultados apresentados, nota-se que a extensão universitária predomina nas regiões mais desenvolvidas. Este dado expõe as relações de poder existentes na construção da extensão universitária com a população, que são (re) produzidas a partir dos interesses sociais,

políticos e econômicos de certos momentos históricos (SCHAURICH; CABRAL; ALMEIDA, 2007). Os setores dominantes da sociedade não têm interesse em investir em programas educacionais que desenvolvam o senso crítico do aluno, porque a aquisição de conhecimento confere maior capacidade de compreensão e crítica (SOBRAL; CAMPOS, 2012). Além do desinteresse da visão crítica do aluno, estes setores sociais estão em desencontro com o princípio básico da extensão universitária, que é o da educação popular (EP) e que foi denominada de “extensão popular”. Nessa perspectiva, a extensão busca superar o que Freire (1977) denomina de equívoco gnosiológico do termo extensão, pois este remete à ideia de que o conhecimento se estende desde aqueles que se julgam sabedores até àqueles que se julgam nada saberem. Concebe-a, outro sim, como uma prática educativa dialógica, que não se propõe a estender conhecimentos às pessoas envolvidas na ação, a manipulá-las, mas sim a considerá-las como sujeitos de decisão, de transformação.

A segunda perspectiva na identificação dos estilos de pensamento da extensão universitária na área da saúde no Brasil é a localização dos trabalhos por área de concentração na área da saúde, representada pela Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição de artigos por área de concentração na área da saúde.

Área de Publicação	Número de Artigos
Enfermagem	29
Psicologia	19
Odontologia	6
Medicina	6
Educação Física	3
Farmácia	3
Terapia Ocupacional	2
Nutrição	2
Antropologia	1
Fisioterapia	1
Serviço Social	1
Interdisciplinar	15

Fonte: As autoras (2015).

Dentre todas as áreas, aquela que mais despertou interesse neste sentido foi a Enfermagem com 29 artigos. Logo atrás, há a Psicologia com 19, a Odontologia e a Medicina com 6 artigos cada, a Educação Física e a Farmácia com 3 cada, a Terapia Ocupacional e a Nutrição com 2 artigos cada. Já nas

áreas de Antropologia, Fisioterapia e Serviço Social foi encontrada apenas uma pesquisa em cada. Porém, dentre todos os estudos considerados, 15 foram de área Interdisciplinar.

O contexto histórico das profissões, o número de cursos distribuídos no Brasil e o número de revistas nas áreas podem justificar a maior concentração de artigos de extensão na área de Enfermagem. Segundo dados do MEC, no Brasil existem 1.317 cursos de Enfermagem, 684 de Psicologia, 797 de Medicina e Biomedicina, 1.250 de Educação Física e 599 de Fisioterapia. As áreas que têm mais cursos são: Enfermagem, Educação Física, Medicina e Biomedicina seguida pela Fisioterapia. Estes dados são coerentes com as áreas da produção científica encontradas nesta pesquisa.

Quanto às áreas de concentração, a Medicina possui 38 periódicos para publicação na base de dados SciELO; a Psicologia, 28; a Enfermagem, 8 periódicos; a Fisioterapia e a Farmácia possuem somente dois periódicos cada uma. Ainda que a Medicina tenha mais periódicos para publicação, nesta pesquisa surgiram 6 artigos sobre a temática da extensão. Acredita-se que este fato esteja relacionado com a formação histórica dos currículos dessa área e das profissões da área da saúde. Esses currículos foram inicialmente construídos tendo como base o Relatório Flexner, publicado em 1910 nos Estados Unidos. Este relatório tinha como objetivo fixar diretrizes para o ensino médico daquele país e do Canadá, seguindo o modelo cartesiano-newtoniano, que apresentava um currículo rígido mínimo de quatro anos de estudo com formação em ciências básicas e profissionalizantes. No Brasil, este modelo chegou por volta da década de 1950, através de incentivo da Fundação Rockefeller, e proporcionou um avanço tecnológico e científico com visão fragmentada da ciência focada na especialização e incapaz de resolver algumas questões básicas que envolvem o processo saúde-doença (FÉLIX; CUTULO, 2005).

Os principais impactos nas profissões da área da saúde decorrentes do emprego do Relatório Flexner no seu ensino foram: a pouca ênfase na prevenção e na atenção ambulatorial, a supervalorização do caráter curativo e hospitalar centrada no indivíduo, a dissociação das preocupações sociais das práticas clínicas e a exclusão da análise da totalidade do organismo, resultado da fragmentação curricular e da criação das diversas especialidades (CAMARGO; SALMÓRIA, 2008).

A terceira perspectiva é quanto ao ano de publicação dos estudos analisados. A maior incidência ocorreu em 2009, com 15 publicações; seguida dos anos de 2013, com 13; 2010, com 12; 2011, com 11; e 2014, com 10 artigos publicados. Ocorreram, ainda, 7 publicações em 2005 e 2012; 4 nos anos de 2007 e 2008 e 3 em 2006, ao passo que apenas 2 publicações foram referentes ao ano de 2015. A Tabela 3 apresenta a relação do número de artigos com o ano de publicação.

Tabela 3 – Relação do número de artigos com o ano de publicação.

Ano de publicação	Número de artigos
2009	15
2013	13
2010	12
2011	11
2014	10
2005	7
2012	7
2007	4
2008	4
2006	3
2015	2

Fonte: As autoras (2015).

O ano de 2009 apresenta o maior número

de publicações. Isto pode estar relacionado com as políticas públicas de saúde no país e com o contexto histórico da extensão nas universidades brasileiras. No período de 2003 a 2008, as políticas públicas de saúde no Brasil tiveram quatro prioridades: Estratégia Saúde da Família (ESF), Brasil Sorridente, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Farmácia Popular – representando estratégias voltadas para a solução de problemas relevantes do sistema de saúde brasileiro, respectivamente nas áreas de atenção primária à saúde, saúde bucal, atenção às urgências e assistência farmacêutica. A expansão do acesso nessas áreas foi relevante para concretizar os princípios de universalidade e integralidade na saúde (MACHADO; BAPTISTA; NOGUEIRA, 2011).

A extensão universitária no Brasil iniciou-se nos anos 1990 norteadas pelo debate relativo à sua identidade. A expansão do ensino superior privado no Brasil trouxe a novidade da utilização dos projetos de extensão como logomarca da cultura de marketing das sociedades de mercado, caracterizadas pela ampla competitividade. Somada a isso, a reforma do Estado brasileiro colocou em relevo o fato de que nem tudo que é público é estatal, redefinindo, assim, o caráter das instituições de ensino e, nelas, as ações extensionistas. Essa configuração trouxe novos desafios e alguns equívocos, exigindo que a universidade repensasse sua função social, colocando em pauta a natureza de suas atividades-fim (ARROYO; DA ROCHA, 2010).

Este movimento se refletiu em algumas iniciativas bastante importantes, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, ao estabelecer que as IES têm como fim:

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Ainda, no ano de 2001, no Plano Nacional de Educação, a Lei 10.172/01 estabelece como objetivos e metas, no que diz respeito à Educação Superior, a institucionalização de um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa, que englobe os setores público e privado, e contribua para a melhoria da qualidade do ensino, da extensão, da pesquisa e da gestão acadêmica. Acrescenta a exigência de que as instituições de ensino superior garantam a oferta de cursos de extensão para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

Portanto, a década de 2000 a 2010 foi o momento de mudanças nas políticas públicas em saúde e de iniciar e estruturar os projetos de extensão. Estes podem ter sido os fatores que alavancaram o número de publicações nesta década.

Contudo, essa nova perspectiva da pesquisa não compareceu repentinamente num dado momento da história. Os sinais de mudança surgiram gradativamente quando velhas questões de pesquisa cederam lugar a novos questionamentos, e antigas práticas investigativas foram agregando novos elementos, até serem amplamente transformadas (SLONGO; DELIZOICOV, 2010).

Para Fleck (2010), a produção de conhecimento científico é entendida de acordo com a dinâmica. Ao identificar os problemas não resolvidos, as complicações, por um determinado

Estilo de Pensamento (EP) compartilhado em um determinado momento histórico, há a transformação deste EP após a solução desta complicação. Portanto, a instauração do novo EP se inicia. À medida que este novo EP tem novos adeptos e o compartilha, ocorre a extensão do EP. Fleck (2010) considera que a dinâmica da produção do conhecimento ocorre através da instauração, extensão e transformação de estilos de pensamento, tendo um papel destacado nesta dinâmica inter e intracoletivos. Assim, na transformação de um estilo de pensamento e na implantação de um novo, o papel da interação entre distintos coletivos é de fundamental importância.

Na quarta perspectiva, relacionada aos títulos dos periódicos, pode-se observar que, tratando-se dos periódicos nos quais os artigos foram publicados, a revista *Saúde e Sociedade* teve o maior número de publicações, totalizando 6 artigos, seguida pelas revistas *Interface* e *Escola Anna Nery – Revista de Enfermagem* com 5, assim como a *Revista de Odontologia da UNESP* responsável por 4 publicações. Já a *Acta Paulista de Enfermagem*; *Psicologia, Ciência e Profissão*; *Revista de Enfermagem da UERJ*; *Revista Brasileira de Educação Médica*; *Revista da Escola de Enfermagem da USP*; *Revista Latino-Americana de Enfermagem*; *Revista Brasileira em Promoção da Saúde e Texto e Contexto – Enfermagem* publicaram 3 artigos cada. Contendo dois estudos publicados, aparecem as revistas *Transformação em Psicologia*; *Trabalho, Educação e Saúde*; *Revista de Enfermagem da UFSM*; *Revista Brasileira de Enfermagem*; e *Ciência, Cuidado e Saúde*. Com somente uma publicação evidenciaram-se os seguintes periódicos: *Aletheia*; *Arquivo de Odontologia*; *Barbaroi*; *Boletim Acadêmico Paulista de Psicologia*; *Caderno Cedes*; *Caderno de Psicologia, Sociedade e Trabalho*; *Caderno de Saúde Pública*; *Ciência e Saúde Coletiva*; *Cogitare Enfermagem*; *Educação em Revista*; *Estudo, Pesquisa e Psicologia*; *Fisioterapia e Movimento*;

Imaginário; *Memorandum*; *Motriz*; *Physis*; *Psicologia*; *Revista de Psicologia*; *Psicologia, Escola e Educação*; *Psicologia e Sociedade*; *Psicologia USP*; *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*; *Revista Brasileira de Saúde Pública*; *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*; *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*; *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*; *Revista Eletrônica de Enfermagem*; *Revista de Medicina*; *Revista Mineira de Enfermagem*; *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*; *Scientia Medica*; *Serviço, Sociedade e Sociedade*; e *Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*.

Os objetivos e as áreas de interesse de algumas revistas são fatores que determinam a publicação de artigos sobre extensão universitária nesses periódicos. Por exemplo, a *Revista Saúde e Sociedade* tem por objetivo divulgar a produção científica das diferentes áreas do saber, sobre práticas de saúde, visando ao desenvolvimento interdisciplinar do campo da saúde pública, e as áreas de interesse destinam-se à comunidade de profissionais do campo da saúde, docentes, pesquisadores, especialistas da área de saúde pública/coletiva e de áreas afins. Desde a sua criação, a revista tem publicado trabalhos de diferentes áreas do saber que se relacionam ou tenham como objeto de preocupação a saúde pública/coletiva. Portanto, é uma revista com um escopo direcionado para a saúde pública/coletiva, o que tem relação direta com a extensão universitária e com a EP.

A área de conhecimento da *Enfermagem*, além de possuir mais artigos publicados, também possui o maior número de periódicos, totalizando sete. Este fato está relacionado com o contexto histórico da profissão e o número de cursos de enfermagem no Brasil. Além disso, a aproximação com a saúde pública na *Enfermagem* inicia-se em 1962.

Na quinta perspectiva apostou-se na classificação da pesquisa a partir dos temas privilegiados, pois, desta forma, seria possível

verificar com maior clareza as semelhanças e diferenças das pesquisas, conforme pressupostos epistemológicos norteadores desta análise (FLECK, 2010). Neste sentido, buscou-se identificar as características compartilhadas neste conjunto dos artigos, as quais foram encontradas em 32 temas (Tabela 4), são eles: formação profissional, abrangendo 19 artigos; educação em saúde, com 10; promoção da saúde, com 7; saúde da mulher e saúde mental, com 5; saúde do idoso, cuidados em saúde e assistência à saúde, com 4; prevenção da saúde, com 3; e adesão terapêutica-diabéticos com 2.

Quanto ao restante dos artigos, estes abordaram temas diversos, como: psicologia ambiental, afrodescendência, atenção farmacêutica domiciliar, currículos, educação continuada, ensino e aprendizagem, exclusão social, intervenção em saúde, métodos de ensino, prevenção de mortalidade infantil, prevenção do pé diabético, promoção da saúde-diabéticos, psicologia escolar, relações entre crianças, cidades e brinquedotecas, saúde bucal, saúde da criança, saúde do deficiente físico, saúde do trabalhador, violência, tecnologia e saúde ocupacional.

Tabela 4 – Relação dos temas abordados pelos artigos.

Temas abordados	Número de artigos
Formação Profissional	19
Educação em Saúde	10
Promoção da Saúde	7
Saúde da Mulher	5
Saúde Mental	5
Saúde do Idoso	4
Assistência à saúde	4
Cuidados em saúde	4
Prevenção da Saúde	3
Adesão terapêutica–diabéticos	2
Psicologia Ambiental	1
Afrodescendência	1
Atenção farmacêutica domiciliar	1
Currículos	1
Educação continuada	1
Ensino e aprendizagem	1
Exclusão social	1
Intervenção em saúde	1
Métodos de ensino	1
Prevenção de mortalidade infantil	1
Prevenção do pé diabético	1
Promoção da saúde-diabéticos	1
Psicologia escolar	1
Relações entre crianças	1
Cidades e brinquedotecas	1
Saúde bucal	1
Saúde da criança	1
Saúde do deficiente físico	1
Saúde do trabalhador	1
Violência	1
Tecnologia e saúde ocupacional	1

Fonte: As autoras (2015).

Identifica-se na tabela acima que os temas de maior expressão são: formação profissional, educação em saúde, promoção da saúde, saúde da mulher, saúde mental, saúde do idoso, cuidados em saúde e assistência à saúde, prevenção da saúde e adesão terapêutica aos diabéticos. Estes temas estão em consonância com os temas que o ProExt determina e com as prerrogativas do Ministério da Saúde.

Ao ler os artigos e associá-los aos temas abordados, identificam-se 4 com um estilo de pensamento assistencialista e concepção de saúde biológica e 78 com um estilo de pensamento voltado aos princípios de educação popular.

Os artigos que têm um estilo de pensamento voltado para as atividades práticas de extensão assistencialista apresentam como princípio norteador a prestação de serviços à comunidade e a ideia de que a universidade estende o seu saber à comunidade. Essas atividades acontecem, costumeiramente, nos espaços acadêmicos, sem qualquer aproximação com a realidade social da população assistida. Mesmo as práticas que se realizam de forma regular e nos espaços extramuros refletem, muitas vezes, a necessidade que sentem aqueles que as realizam de “ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la’. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo” (FREIRE, 1977, p. 22). Essas práticas de extensão baseiam-se em uma visão messiânica, onde sujeitos superiores vão depositar seus conhecimentos em pessoas-recipientes, não considerando e respeitando seus saberes, valores e crenças, ao contrário, impondo os valores e saberes do extensionista. Nessa concepção, o termo extensão associa-se a ideia de transmissão, doação, messianismo, invasão cultural. Essas práticas coisificam o ser humano, negando-o como ser de transformação do mundo, negando, também, a constituição de conhecimentos autênticos (FREIRE, 1977).

Os artigos que adotam um estilo de

pensamento com princípios da EP são voltados a uma concepção de saúde integral e não a uma concepção de saúde biológica, pois nos artigos, as atividades de extensão atuam nos espaços comunitários, tendo como pressuposto básico a busca de transformação social e propondo uma troca de saberes entre a universidade e a sociedade. Dentre essas práticas, merece destaque a extensão que se pauta nos princípios da EP e que foi denominada de extensão popular. Nessa perspectiva, a extensão busca superar o que Freire (1977) denomina de equívoco gnosiológico do termo extensão, pois este remete à ideia de que o conhecimento se estende desde aqueles que se julgam sabedores até aqueles que se julgam (e são julgados) ignorantes, ou seja, que nada sabem. Concebe-a, outros sim, como uma prática educativa dialógica, que não se propõe a estender conhecimentos às pessoas envolvidas na ação e a manipulá-las, mas sim a considerá-las como sujeitos de decisão, de transformação.

A extensão popular utiliza a EP como eixo teórico-metodológico, possibilitando uma extensão capaz de priorizar o diálogo, a autonomia, a troca de experiências, a valorização do saber e a amorosidade, fazendo a universidade se sentir sociedade (MELO NETO, 2001; 2004). A EP é uma perspectiva educacional que teve seu percurso fortemente influenciado pelo pensamento de Paulo Freire, que, por onde passou, deixou as sementes de uma concepção popular emancipadora da educação (GADOTTI, 1998). Os educadores que se aproximam da EP, sistematizada por ele, concebem-na, em sua maioria, como uma práxis comprometida com as classes populares e a transformação social. Buscam contribuir para que as pessoas fiquem mais fortes e construam relações sociais mais justas. O adjetivo popular se refere à perspectiva política dessa concepção de educação, ou seja, à construção de uma sociedade em que as classes populares deixem de serem atores subalternos e explorados e passem a ser sujeitos ativos e importantes.

Gadotti (1998) assinala que um dos princípios originários da EP tem sido a criação de uma nova epistemologia, baseada no profundo respeito pelo senso comum, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário. A incorporação dos pressupostos da EP nas práticas de extensão vem transformando essas práticas, possibilitando parcerias que envolvem estudantes, movimentos sociais, docentes, trabalhadores de saúde e educação, criando um jeito de fazer extensão numa lógica freireana e libertadora e contribuindo com a formação de profissionais mais humanos e conscientes de seu papel na história.

Conforme pressupostos epistemológicos de Fleck (2010), dois fatores são fundamentais para que um estilo de pensamento em vigor venha a transformar-se. O primeiro diz respeito ao surgimento de complicações, isto é, quando os problemas de pesquisa já não são resolvidos nos limites dos conhecimentos e práticas compartilhados, ou seja, os procedimentos teórico-metodológicos e seus pressupostos que balizam a localização, formulação e enfrentamento de alguns problemas já não são suficientes para o enfrentamento de novos problemas, que passam a ser localizados por grupos de pesquisadores. O segundo fator está relacionado à circulação de ideias no âmbito intercoletivo de pensamento, o que significa que pesquisadores de áreas afins estabelecem comunicação, resultando desta a “importação” de novos conhecimentos e práticas que vão influenciar o modo de ver, de pensar e de agir em determinado campo do conhecimento.

No caso específico dos artigos de extensão, ambos os fatores influenciaram a transformação no modo de conceber e tratar os problemas de pesquisa. As complicações surgiram quando o sistema de saúde vigente do país não atendeu mais as necessidades de saúde da população, tornando inviável sua

prática. Para o enfrentamento deste problema, preconizou-se uma extensão universitária que seguisse os princípios da educação popular.

Fleck (2010, p. 61) relata que na história da gênese do conhecimento

é provável que não existam erros completos nem tampouco verdades completas [...] querendo ou não, não conseguimos deixar o passado para trás, mesmo com seus erros. Ele continua vivo nos conceitos herdados, nas abordagens dos problemas, nas doutrinas das escolas, na vida cotidiana, na linguagem e na instituição.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) preconiza

assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014, p. 74).

A preocupação que emerge deste incremento de horas da extensão é a de qual estilo de pensamento que permeará a circulação intercoletiva de ideias das atividades extensionistas, o estilo de pensamento articulado com a educação popular ou o estilo de pensamento a extensão assistencialista?

Fleck (2010) defende que na construção e no desenvolvimento de uma descoberta não está presente, no entanto, apenas a contribuição de um grupo de cientistas. Cada descoberta, cada novo conhecimento é um produto da comunidade de cientistas que foi moldado pelas múltiplas interações desta comunidade com outros grupos e estruturas sociais: pacientes, familiares, clínicos gerais, políticos, outros profissionais e, até mesmo, Estado. A constância de certas concepções, pertencentes a um coletivo de pensamento, está unida indissolivelmente a uma sociedade, a uma situação histórica e a uma cultura.

Atualmente, a comunidade de cientistas que produzem conhecimento na área da extensão, as políticas públicas na educação e na saúde, alguns profissionais da saúde e alguns grupos sociais têm um estilo de pensamento de uma educação popular em saúde, com vistas aos aspectos sociais e humanos, por isto, acredita-se que a forma de ver e pensar a extensão, na década do Plano Nacional de Educação, ocorra no estilo de pensamento da EP.

Considerações finais

Na descrição dos artigos, perceberam-se distintos coletivos de pensamento constituído por um grupo de pesquisadores que são portadores de um determinado estilo de pensamento, os quais compartilham práticas e conhecimentos.

Este estudo indica que há dois estilos de pensamento na produção de conhecimento científico na extensão universitária na área

de saúde no Brasil: um estilo de pensamento fortemente articulado com a educação popular e outro com a extensão assistencialista. Os artigos que adotam um estilo de pensamento com princípios da educação popular já passaram da fase de transformação e já está instaurado o estilo da educação popular, pois existe em predomínio de circulação intercoletiva de ideias e o modelo sociocultural. Já os artigos que estão articulados com o assistencialismo estão em fase de transformação, pois a circulação intercoletiva de ideias foi muito pequena, apenas quatro artigos.

A transformação de um estilo de pensamento das práticas de extensão com uma concepção de saúde biológica para a instauração de um estilo de pensamento voltado a uma concepção de saúde integral está relacionada ao contexto histórico da extensão e das políticas públicas no país, em que velhas questões de pesquisa estão cedendo lugar a novos questionamentos, mais humanos e sociais e menos experimentais e assistenciais.

Referências

ARROYO, D. M. P.; DA ROCHA, M. S. P. M. Meta avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Rev. da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 135-161, jul. 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Extensão Universitária-PROEXT**. Brasília, DF, 2003.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

DA ROS, M. A. **Estilos de pensamento em saúde pública: um estudo da produção da FSP – USP e ENSP – FIOCRUZ, entre 1948 e 1994, a partir da epistemologia de Ludwick Fleck**. 2000. 208f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

DELIZOICOV, D. et al. Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano. **Cad. Bras. Ens. Fís.**, Florianópolis, v. 52, n. 19 Esp; p. 52-69, 2002.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. **Política**

Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

GADOTTI, M. **Para chegar lá juntos e em tempo:** caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 21. 1998, Caxambu. Anais... Caxambú, 1998.

LORENZETTI, L. **Estilos de pensamento em educação ambiental:** uma análise a partir das dissertações e teses. 2008. 407f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MACHADO, C. V.; BAPTISTA, T. W. F.; NOGUEIRA, C. O. Políticas de saúde no Brasil nos anos 2000: a agenda federal de prioridades. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2011, v. 27, n. 3, p. 521-532.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária:** uma análise crítica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001.

_____. **Extensão universitária:** autogestão e educação popular. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Rev. Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, maio 2000.

PAULA, J. A. A Extensão Universitária e a sociedade contemporânea. **Boletim UFMG:** 2010. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/boletim/bol1708/2.shtml>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

RIBEIRO, L. C. M. et al. Técnica de incidente crítico e seu uso na enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 65, n. 1, fev. 2012.

SCHAURICH, D.; CABRAL, F. B.; ALMEIDA, M. A. Metodologia da problematização no ensino em enfermagem: uma reflexão do vivido no PROFAE/RS. **Esc. Anna Nery Rev. de Enfermagem**, Rio de Janeiro, p. 318-324, jun. 2007.

SLONGO, I. I. P.; DELIZOICOV, D. Teses e dissertações em ensino de biologia: uma análise epistemológica. **Investigações em ensino de ciências**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 275-296, 2010.

SOBRAL, F. R.; CAMPOS, C. J. G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 208-218, fev. 2012.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária.** Campinas: Alínea, 2000.

Submetido em 25 de agosto de 2015.

Aprovado em 2 de março de 2016.